

Um terço dos antigos combatentes com deficiência têm stress pós-traumático

Atualizado há 4 horas e 34 minutos

O projeto de investigação "Vítimas, Trauma e Processos Institucionais", desenvolvido na Universidade de Coimbra (UC), conclui que 30% dos antigos combatentes portadores de deficiência têm stress pós-traumático, disse hoje o coordenador do estudo.

A taxa de 30% é "um valor alto", sublinhou José Manuel Mendes, coordenador do projeto de investigação desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da UC, referindo que, em França, o outro país analisado, o valor "é mais baixo".

O trabalho demonstrou também que os antigos combatentes portadores de deficiência que evitam recorrer à ajuda e que "se fecham sobre si" têm uma taxa de incidência de stress pós-traumático "superior", informou José Manuel Mendes.

"Em Portugal, o stress é mais baixo para os antigos combatentes que tiveram apoio do Estado e da família, em comparação com aqueles que evitaram falar, ir ao hospital, ou usar os recursos à sua disposição", acrescentou o investigador.

A diferença entre os que se fecharam sobre si e os que recorreram à ajuda "é de cerca de 10%", no que toca à taxa de stress pós-traumático, explicou.

Em Portugal, a vítima surge "como uma figura polémica, ficando a ideia de que as pessoas, só como vítimas, podem ser cidadãos", contou.

"A Associação dos Deficientes das Forças Armadas [ADFA] sempre usou o lema de que os combatentes foram vítimas de uma guerra injusta e sempre reivindicou o estatuto de vítima", sustentou o coordenador do projeto, frisando que, em Portugal, o discurso da vítima não tem legitimidade política, como acontece em França.

De acordo com José Manuel Mendes, o Estado, no caso das vítimas de acidentes coletivos no seu geral, "não tem uma estratégia integrada e global de dar direitos de cidadania às vítimas".

O investigador defendeu a criação de uma Federação de Vítimas, como acontece em França, de forma a existir uma entidade que "apenas se relaciona com o Estado, com os direitos e indemnizações".

"Em França, se um cidadão for afetado por um acidente coletivo, o Estado ativa logo um grupo multidisciplinar para o acompanhar", enquanto que em Portugal a atuação "é ad hoc", não havendo uma "lógica estrutural e estratégica" para essas situações.

Em termos nacionais, "o Estado faz tudo para que as vítimas caiam no esquecimento", criticou ainda José Manuel Mendes.

Etiquetas

investigação, Portugal, stress pós-traumático

Ferramentas

Share

Gosto { 1

g+1 { 0

Tweetar { 1

0

+a a -a

Interessante

Achou este artigo interessante?